

A GRANDE AVENTURA PELA (DES)IGUALDADE DE GÉNERO AS IMAGENS DO FEMININO E DO MASCULINO VEICULADAS PELO MANUAL DE PORTUGUÊS DO 4º ANO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2014-2015)

Florbela Samagaio¹

Resumo

Os manuais escolares constituem veículos privilegiados de (re)transmissão de informação em ordem à aprendizagem das crianças na sala de aula. Neste espaço são veiculados valores e saberes que (en)formam a cultura e o quotidiano das crianças, sendo que o manual de língua portuguesa do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico assume uma função estruturante no processo de aprendizagem e de socialização. A sala de aula constitui um espaço central na vida da criança e nela se procede à recontextualização do discurso pedagógico oficial, formalizado por um curriculum regulamentado no âmbito do qual surgem os respetivos manuais. A educação formal ocorre num "mundo social" onde se processa uma reprodução dos valores, da ordem social e da (des)igualdade de género.

A igualdade de género constitui uma das grandes preocupações das sociedades modernas e democráticas, sendo que a Escola, enquanto instituição histórica de socialização, assume uma importante função de regulação social. Assim, atribui-se à Escola a responsabilidade de ensinar de acordo com os valores e as normas próprias e resultantes de um processo de aprofundamento da democracia e da consolidação dos Direitos Humanos e Sociais.

O confronto entre a análise dos textos do Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade e as orientações normativas das entidades reguladoras da questão social da Igualdade de Género abre caminho para um outro olhar sobre a função social que o Manual de Língua Portuguesa pode desempenhar nesta questão.

¹ Florbela Samagaio, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

florbela@esepf.pt

florbelamsamagaio@gmail.com

“Há, pois, em cada momento do tempo, um tipo regulador de educação de que não nos podemos desligar sem chocar com as vivas resistências que reprimem as veleidades dos dissidentes.

Ora, os costumes e as ideias que o determinam, não fomos nós, individualmente, que os fizemos, são o produto da vida em comum e exprimem as suas necessidades.”

E. Durkheim, Educação e Sociedade, 2007, pág. 48. Edições 70, Lisboa)

Introdução

O texto que se apresenta propõe um olhar sociológico sobre o Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade tendo como problemática social orientadora a análise da questão social da desigualdade de género.

Os manuais escolares desempenham uma função primordial na educação formal da criança, assumindo-se como documentos formalizados e legítimos de um discurso pedagógico oficial, e a sua importância social estende-se à família integrando o quotidiano da criança e dos demais que a rodeiam. Permite a criação e o conhecimento de uma determinada visão do mundo e a (re)construção de valores e normas culturais que enformam o processo de socialização.

As sociedades democráticas, como é o caso da sociedade portuguesa, têm como condição essencial para o seu desenvolvimento, o aprofundamento dos Direitos e Deveres Fundamentais, designadamente o Direito à Igualdade. Considerando a amplitude e a complexidade da questão, focamos o olhar na questão do direito à igualdade eventualmente patente no Manual de Língua Portuguesa. A questão social da (des) igualdade de género, assim como a existências de estereótipos baseados na construção da imagem de género, têm-se imposto ora de forma explícita ora de modo mais discreto no panorama político e social nacional. São vários os documentos jurídicos e normativos que se constituem como diretrizes da ação social em geral e neste caso concreto do ato educativo e orientam a elaboração dos manuais escolares, sabendo-se que constituem os veículos privilegiados dos saberes e valores oficiais, razões pelas quais estes se devem apresentar, no ambiente escolar, como manuais imparciais e promotores da igualdade social.

O nosso trabalho parte desta matriz de enquadramento propõe uma travessia pelo manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade (ano letivo 2014-15) norteada pelo objetivo principal de sinalizar e registar, em quantidade, as “imagens” do feminino e do masculino veiculadas pelos textos, sugerindo ideias de confirmação de traços de desigualdade de género e de estereotipia.

O presente texto inicia com um breve conjunto de reflexões de enquadramento acerca da colocação social dos manuais escolares na vida escolar e social das crianças e das famílias. Equaciona o papel fundamental do manual de língua portuguesa como livro fundamental de compilação e apresentação de textos, selecionados, e transmissores de saberes e valores no âmbito de um discurso pedagógico formalizado e oficial. Procura-se demonstrar *o que* e *o como* um manual escolar pode reproduzir a ordem social e uma determinada ideologia e contribuir para (en) formar as perceções das crianças.

Numa terceira parte, propõe-se então uma *travessia* pelo manual de língua portuguesa do 4º ano, à procura da (des) igualdade de género que perpassa a vida criança em idade escolar. Esta viagem procura dar conta do nº de ocorrências de imagens do masculino e do feminino veiculadas pelo referido manual e das sugestões de ideias valorativas criadas a partir das mesmas. Inicia-se com a observação preliminar dos elementos exteriores que rodeiam o manual que vão desde a capa do mesmo até ao registo de ocorrências das imagens gráficas existentes. A análise dos textos, por sua vez, parte da tipologia dos mesmos e equaciona o nº de autores femininos e masculinos atravessando alguns indicadores tais

como: figuras centrais patentes nos textos, figuras histórias, profissões transmitidas no masculino e no feminino, imagens valorativas de características de género e certas atitudes formativas com base na desigualdade de género.

Procura-se corresponder a determinados objetivos fundamentais, sendo eles a elaboração de um texto fundamentalmente descritivo que possibilite a sinalização de situações de desigualdade de género presentes nos textos em análise; visitar uma metodologia de análise de conteúdo da autoria de Eugénio Brandão (1979) e verificar a existência de certas semelhanças no tocante a alguns resultados apresentados, e confirmar a ocorrência da desigualdade de género assim como a existência de estereótipos. Apresentam-se conclusões, nesta linha de pensamento, face ao exposto nos documentos normativos fundamentais.

1. Sobre a importância social do manual escolar

Os manuais escolares assumem dimensões fundamentais e estruturantes na vida quotidiana da sociedade portuguesa atual. O ato de aquisição dos mesmos constitui quase um ritual do consumo familiar. Além de mobilizar as famílias e as crianças, constitui um marco simbólico que determina a transição do Verão para o Outono, a passagem do final do período das férias escolares para o início e ou a retoma dos trabalhos escolares, e assinalam um novo ano letivo, uma outra etapa escolar na trajetória da criança.

Estes livros mobilizam visivelmente vários atores, sociais e educativos, concretamente o Ministério da Educação e a proposta oficial dos manuais para o ano letivo em questão, os editores, os autores os distribuidores livreiros, as escolas, para além das crianças e das famílias.

De um modo mais subtil, os manuais escolares, enquanto produtos finais, resultam de um processo de trabalho que, por sua vez, movimentam demais atores tais como grupos de trabalho que definem os conteúdos e a forma como deverão ser transmitidos, autores, designers gráficos e digitais, entre outros. Aspectos como a qualidade gráfica, a pertinência dos conteúdos, a qualidade dos textos e dos exercícios propostos, as preocupações pedagógicas e educativas, assim como as de natureza legislativa e sociológica, estarão certamente contempladas nas diretrizes de elaboração dos manuais, neste caso concreto no manual de língua portuguesa. Estarão presentes as preocupações normativas relativas à questão da desigualdade de género? Esta constitui a questão de partida para a análise de conteúdo do Manual de Língua Portuguesa do 4º de escolaridade, que mais adiante se apresentará.

Para além do impacto resultante das vendas dos manuais que contribuem certamente para a economia nacional os manuais escolares estão então presentes nas salas de aula durante um ano letivo e entram em casa, integrando o espaço doméstico. É comum os pais e os irmãos folhearem os livros em questão e tecerem comentários sobre os textos que permanecem, há vários anos e sobre os novos textos que fazem parte atualmente do programa oficial. O manual de língua portuguesa povoa o cenário familiar (des) favorecendo momentos de socialização na vida criança através da transferência do conhecimento assim como dos valores e atitudes formativas da vida extravasando por conseguinte o contexto meramente escolar.

Numa outra perspetiva e de acordo com as teorias da socialização (Durkheim, Dubar, Berger e Luckmann, Mead), a criança reconstrói o “mundo dos outros” e realiza uma reprodução interpretativa da realidade (Percheron 1993, Corsaro, Sarmiento & Pinto, 1997). A partir dos 6 anos de idade, a criança inicia a escolaridade obrigatória e passa a desempenhar o ofício de aluno (Sarmiento, 2000). O seu trajeto escolar é pautado pela prestação de provas em ordem ao sucesso escolar (Rayou 2005, Mollo-Bouvier 1998), e onde a prática da leitura se torna regular. Importa pois conhecer os manuais escolares que as crianças leem sistematicamente durante um ano letivo, neste caso, o MLP do 4º ano de escolaridade, e partir

dos quais também interiorizam a realidade do mundo que as rodeia, e da qual constituem parte integrante.

2. A escola e o discurso pedagógico oficial

A escola é consensualmente aceite como um dos principais agentes de socialização do indivíduo e uma das instituições sociais fundamentais da sociedade e da sua própria evolução. O ato de educar constitui uma ação social com objetivos determinados e com grande alcance na formação dos povos. Como aponta Durkheim “Em cada um de nós (...) existem dois seres que, apesar de apenas poderem ser separáveis por abstracção, não deixam de ser distintos. Um é feito de todos os estados mentais que apenas se ligam a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que podemos chamar o ser individual. O outro é um sistema de ideias, de sentimentos e de hábitos que exprimem em nós, não a nossa personalidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte: as crenças religiosas, as crenças e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de todo o género. O seu conjunto forma o social. Constituir este ser em cada um de nós, tal é o fim da educação “ (Durkheim, 2007:53).

A comunicação na sala de aula constitui um ponto de vista formalizado sobre a realidade social e através do ato de ensinar e aprender, é transmitida, interiorizada e pronta a ser (re) construída e (re) produzida (Berger e Lukcmann:1997). A escola transmite saberes e valores, normas e costumes destinados ao aluno médio, com o intuito de formar de acordo com as exigências de um determinado tempo histórico e veiculando uma ideologia dominante (Bourdieu e Passeron 1970, Bourdieu 2010). A transferência do conhecimento é importante no tocante à produção e à reprodução das estruturas mentais da sociedade, as quais são também convenções sociais, construídas num determinado tempo histórico. A “ordem das coisas” (Foucault, 2002) constitui o todo social integrado que a escola ajuda, de forma pedagógica e especializada, a transmitir às novas gerações assumindo assim uma função de regulação da ordem social. A educação, e muito concretamente a escola, na figura do professor, prepara os indivíduos para o desempenho de papéis sociais previamente definidos. A mensagem transmitida pelo professor dá a conhecer saberes e conteúdos programáticos próprios dum discurso pedagógico oficial, e veicula ideias e ideologias dominantes (Bourdieu, Passeron, 1970). Por sua vez, para Bernstein (1996) o discurso pedagógico oficial é entendido como resultante de um conjunto de relações estabelecidas entre os vários campos implicados na sua geração, recontextualização e reprodução. Bernstein (1990) construiu um modelo, a partir da análise de mecanismos comunicacionais, que procura mostrar as múltiplas e complexas relações que intervêm na produção e reprodução daquele discurso. Assim, temos que: os princípios dominantes que são transmitidos pelo discurso regulador geral que refletem posições de conflito e relações instáveis; existem sempre potenciais fontes de conflito, resistências e inércia entre os agentes políticos e administrativos do campo de recontextualização oficial, entre os diversos agentes do campo de recontextualização pedagógica entre o contexto primário do aluno / aquiridor e ou recetor da informação/mensagem e os princípios e práticas da escola. Os professores e, neste caso, os autores dos manuais escolares, poderão ou não reproduzir o código de transmissão educacional subjacente ao discurso pedagógico oficial. É este dinamismo, entre as forças em presença, que, para Bernstein, possibilitará a mudança.

As dimensões mais importantes a considerar, nesta análise, relacionam-se com o contexto de recontextualização do discurso pedagógico. Assim, consideram-se os manuais escolares, concretamente, o MLP, como um texto pedagógico recontextualizado. Deste modo, os manuais escolares veiculam um discurso pedagógico específico recontextualizado (Botelho, Borges e Morais, 2002).

Por outro lado, sabendo, e de acordo com Giddens, que as instituições sociais constituem o resultado de práticas sociais enraizadas no espaço e no tempo (Giddens, 1986), as normas

sociais, os valores influenciam a comunicação, designadamente a comunicação educacional, a educação possibilita a interiorização progressiva de papéis sociais de homem de mulher, reproduz uma ideologia dominante, favorece a manutenção da ordem social e constitui um importante fator de regulação social através da produção e da transmissão do discurso pedagógico oficial.

No âmbito da criação e da recontextualização do discurso oficial pedagógico, encontram-se, em princípio, subjacentes as preocupações legislativas e normativas.

A questão social da desigualdade de género tem-se vindo a implementar, ainda que discretamente no cenário nacional, através da opinião pública e dos meios de comunicação social. Contudo, atendendo à legislação e às recomendações de natureza normativa emitidas, podemos afirmar que se trata de uma temática fortemente suportada por diretrizes desta natureza. Assim, são vários os documentos que apelam a uma igualdade de género na escola, em Portugal. Para além das recomendações internacionais provenientes de organismos e instituições tais como As Nações Unidas, a União Europeia, o Conselho da Europa, existem diretrizes explícitas na Lei Portuguesa e em documentos afins que corroboram a atenção prestada a esta matéria. Na análise que se apresenta, focou-se a atenção na Constituição da República Portuguesa (2005), na Lei de bases do Sistema Educativo (1986) e nas orientações patentes no guia da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009). Poder-se-á ler na CRP no seu artigo 13.º o Princípio da Igualdade no qual se afirma:

Artigo 13.º
(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Tendo como objeto de análise o MLP convém destacar igualmente que a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) refere no ponto 2. do seu art.º 1º que o sistema educativo deve promover “uma acção formativa em ordem ao desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” e na alínea i) do seu 3º art.º “assegurar a igualdade de oportunidades para ambos os sexos”.

Estes direitos fundamentais constituem marcos basilares da fundação da democracia portuguesa, procurando garantir a universalidade e a igualdade das condições sociais de existência e tornaram-se um estandarte do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento da cidadania. Nesta linha de preocupações, surge, por volta dos anos 70 em Portugal, a Comissão para a Igualdade de Género, atualmente designada Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Assim, em 2009, esta Comissão lança um guia prático de orientações a considerar na produção de manuais escolares (2009). Este guia apresenta, entre outros, o seguinte objetivo: “apoiar as Editoras e respetiv@s colaborador@s na concepção e produção de manuais escolares e de produtos educativos multimédia que sejam de forma inequívoca, promotores da igualdade entre os sexos” (Pais in Nunes, 2009). Este guia sistematiza um conjunto de princípios e de práticas a ter em conta na elaboração dos manuais escolares, salientando que: “Promover a igualdade entre mulheres e homens: exige o equilíbrio na sua visibilidade e pressupõe que as referências ao feminino e ao masculino sejam igualmente significativas, contextualizadas, explicitadas e valorizadas” (Nunes, 2009:16).

É com base nos fatores referidos e tendo como ponto de partida o manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade, como produto e resultado de um discurso pedagógico recontextualizado e oficial, e as orientações normativas e legislativas referenciadas na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo e nas orientações da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que partimos para uma travessia pelo manual de língua portuguesa com um olhar informado sobre a questão da diferenciação social entre homem e mulher veiculada pelo livro em questão.

3. A desigualdade de género: informar o olhar

A noção de género prende-se com a diferenciação social entre homem e mulher, ultrapassando as diferenças físicas, biológicas e culturais. Homens e mulheres são diferentes. A questão que se coloca é quando as diferenças resultam numa desigualdade e ou hierarquização dos papéis e estatuto sociais associadas ao homem e à mulher. O feminino e o masculino constituem mundos de sentido e de significados demasiadamente vastos para uma análise meramente sociológica. É sem dúvida um conceito multidimensional. "Nascido no intenso debate que o feminismo da segunda vaga gerou, o conceito de género difundiu-se rapidamente nas ciências sociais, se considerarmos a cronologia de alguns textos de referência, como o de Ann Oakley (1972) para a sociologia, o de Rhoda Unger (1979) para a psicologia social e o de Joan Scott (1988) para a história." (Amâncio, 2003:687). As diferenças são, do ponto de vista da análise, vistas de várias formas no âmbito das ciências sociais. No entanto, todas elas assentam numa condição: o resgate do conceito junto da biologia e da medicina. A noção de diferenciação social ultrapassa as condições físicas e biológicas do conceito e entra no universo das relações de poder e no campo do simbólico, através de comportamentos e da construção social de ideias preconcebidas e estereótipos sobre homens e mulheres, resultando numa forma de desigualdade social, à qual se juntam, desde logo, as questões do trabalho e da condição feminina.

O conceito de género surge intimamente ligado às diferenças entre homens e mulheres numa perspetiva de desigualdade social que parte de lugares sociais inferiores e superiores ocupados respetivamente por mulheres e homens e favorece a construção social de crenças, saberes e valores sobre os sexos, reproduzindo e legitimando a própria desigualdade. Refere-se a uma questão de relação entre forças sociais, assinalada pela assimetria no plano dos significados e define um contexto de dominação (Amâncio, 2003). Por outro lado e, mesmo analisando um plano partilhado de vida, homem e mulher, portanto, um casal, Jessie Bernard (1982) regista que o casamento é vivido de modos diferentes, entre homem e mulher, os homens, regra geral, pensam ter mais poder do que efetivamente têm e as mulheres, por sua vez, julgam ter menos poder do que na verdade têm.

Do ponto de vista sociológico, a questão do olhar sobre o género coloca-se fundamentalmente em três frentes de análise: a hierarquização de posições ocupadas na sociedade por homens e por mulheres, posições diferentes, e, sobretudo, desiguais; a desigualdade social entre homens e mulheres que resulta da própria organização da sociedade de acordo com papéis sociais no feminino e papéis sociais no masculino. Parte-se do princípio, porque a história o corrobora, que as mulheres normalmente apresentam menos recursos materiais do que os homens, um estatuto social inferior e ocupa posições com menos poder do que os homens. Nesta perspetiva, o género é considerado um elemento que condiciona a posição social dos indivíduos, à semelhança do que acontece com os fatores do tipo classe social, rendimentos económicos, profissão e nível de escolaridade. Por último, aponta-se uma terceira frente de análise, a da socialização dos indivíduos com base nas expectativas sociais criadas em função do género facilitando a reprodução de mecanismo de natureza diferenciadora e discriminatória na relação entre homens e mulheres. Estas três frentes de análise encontram-se interrelacionadas e intimamente ligadas, integrando as próprias maneiras de ser e de estar no feminino e no masculino.

Acresce referir que o conceito de género surge no âmbito de um contexto social e político de alargamento e aprofundamento dos direitos nas sociedades contemporâneas, ao qual não são alheios os documentos internacionais e oficiais tais como a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e, posteriormente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979). Com efeito, o século XX tem, entre outros, dois importantes protagonistas: as mulheres e o amor. As primeiras foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que as tinham querido limitar. De uma ideia de *mulher-natureza*, circunscrita no ser e na acção aos condicionamentos biológicos, passámos para uma ideia de *mulher-indivíduo*, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus actos. Processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas “ (Torres, 2002:573)

As lutas simbólicas do poder, as quais ocorrem num contexto de desigualdades sociais são as menos visíveis do ponto de vista social e as mais morosas no tempo, fazendo-se delas mecanismos próprios do devir das sociedades.

4. Metodologia de análise: a proposta de Eugénio Brandão

A análise sociológica dos manuais escolares constitui uma área de grande interesse académico. As principais dimensões desenvolvidas têm-se centrado quer no levantamento de estereótipos de género e culturais (Fontaine, 1977; Brandão, 1979; Abraham, 1989) quer no estudo da importância e do papel das relações socioeconómicas que influenciam a publicação e a seleção dos manuais (Apple e Christian – Smith, 1991). Contudo, embora exista produção académica e científica de referência, a análise sociológica, neste âmbito, apresenta dados e explicações ainda insuficientes face à complexidade da temática.

A grande questão que se coloca é: o MLP do 4º ano é discriminatório? Esta análise procura sinalizar e registar, em quantidade, as “imagens” do feminino e do masculino veiculadas pelos textos, sugerindo ideias de confirmação de traços de desigualdade de género e de estereotipia, o nº de autores femininos e masculinos atravessando alguns indicadores tais como: figuras centrais patentes nos textos, figuras histórias, profissões transmitidas no masculino e no feminino, imagens valorativas de características de género e certas atitudes formativas com base na desigualdade de género.

Parte-se do pressuposto de que se houver uma exposição regular face a imagens discriminatórias, as crianças tendencialmente poderão adquirir determinadas ideias preconcebidas, construindo elas próprios “campos simbólicos” sobre a colocação social dos sexos, que lhes condicione as respetivas possibilidades de formação e de realização profissional e pessoal. Neste sentido, pretende-se alertar para a existência de ideias acerca dos sexos que se transitem de geração em geração no contexto escolar e se vão enraizando na sociedade. Propõe-se², neste texto, uma análise de conteúdo visual às imagens patentes no Manual de Língua Portuguesa do 4º ano de escolaridade, com base nas figuras e imagens de género veiculadas. A metodologia inspira-se na proposta de Eugénio Brandão e insere-se num trabalho mais vasto de análise de conteúdo recorrendo a uma grelha analítica e de categorização com base nos seguintes elementos: identificação e breve contextualização do texto, tipo de texto, categorias de imagens veiculadas sobre o feminino e o masculino, com algumas significações associadas, tendo em conta o número de ocorrências. As categorias de

² Este trabalho de análise de conteúdo insere-se num processo mais vasto que se encontra em curso e que implica uma análise por categorias analíticas aos próprios textos de leitura patentes no manual. Nesta comunicação e nesta análise escrita de suporte apenas se pretende apresentar as observações relativamente às figuras e imagens gráficas existentes no referido manual.

análise consideradas surgem na linha de investigação desenvolvida por Eugénio Brandão (1979) e prendem-se com os seguintes elementos: autores dos textos – masculino/feminino; as figuras apresentadas nos textos -figuras familiares, figuras históricas, figuras profissionais e figuras centrais e ou de referência, atividades associadas ao género; atividades profissionais associadas ao género, atitudes formativas associadas, também elas à questão do género. Reiteramos que o presente texto, de suporte à comunicação apresentada no III Simpósio Luso-brasileiro, se refere unicamente às figuras/ilustrações e imagens gráficas patentes no respetivo manual.

Procede-se, primeiramente, a uma análise de enquadramento do próprio manual tendo em consideração os aspetos exteriores do mesmo nomeadamente a capa e a presença de autores masculinos e femininos. A análise que agora se apresenta baseia-se unicamente na observação das *ilustrações* que povoam o referido manual. Entende-se que estas poderão veicular imagens simbólicas associadas à questão da desigualdade de género, tendo em conta aspetos como os seguintes: o nº de ocorrências de ilustrações femininas, masculinas a forma como se apresentam. Como é apresentada a figura feminina e como é apresentada a figura masculina? Como surgem as figuras na perspetiva do desenho, ora dando-se uma dimensão maior ora sugerindo uma dimensão menor. Para além destes aspetos exteriores, há que ter em linha de conta a sugestão de ideias veiculadas.

A sobre-representação do número de ilustrações masculinas poderá conduzir a e ou facilitar um processo de socialização a acontecer maioritariamente no masculino quer do ponto de vista gráfico quer do ponto de vista das ideias que as figuras transportam.

A análise reporta portanto às ilustrações que acompanham os textos do manual assim como o próprio manual enquanto forma de livro.

A apresentação de dados procura demonstrar o (des) equilíbrio existente entre as ilustrações do masculino e as ilustrações do femininas difundidas pelo referido manual, procurando encontrar semelhanças com o trabalho de Eugénio Brandão no tocante a alguns resultados apresentados, e verificar a ocorrência da desigualdade de género e a existência de estereótipos baseados na desigualdade de género.

Na apresentação dos resultados houve a preocupação em manter anónimos quer o/as autor/as do manual assim como os autores, em geral, dos textos analisados.

Os resultados que se apresentam devem ser ressalvados relativamente aos critérios de representatividade e de generalização pois reportam apenas a um Manual de Língua Portuguesa (para já) e trata-se dum estudo (de) limitado.

5. Para uma (des) Igualdade de Género: a travessia do manual de língua portuguesa do 4º ano (2014-2015)

5.1 A travessia do manual: a capa

Convém reiterar a ideia de que o manual escolar ocupa um papel fundamental na vida quotidiana da criança em idade escolar e é facilmente identificável pelos vários membros da família.

O início do ano letivo é marcado por uma grande azáfama quotidiana e familiar na aquisição do material e dos manuais escolares. O manual de língua portuguesa normalmente é bastante apelativo, quer pelos textos que inclui quer pelas figuras / ilustrações apresentadas. Dimensões como o grafismo e a estética devem igualmente fazer parte da apreciação do referido manual. A sua forma exterior, as figuras e cores presentes, a capa, o título, o autor e o editor constituem elementos identificativos do manual e conhecidos por toda a família.

O interesse pela consulta e pelo folhear é manifestado pelas crianças e pelos adultos nos espaços domésticos. Atendendo a que o manual de língua portuguesa é de utilização diária, todos os elementos exteriores do mesmo começarão a ser visualizados e integrarão a vida

quotidiana e familiar. Identifica-se facilmente e torna-se conseqüentemente um objeto do contexto familiar.

A capa do manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade, em análise, é predominantemente de cor vermelha, com uma lista azul no cimo e apresenta um palco onde se encontram duas crianças, um rapaz e uma rapariga, com uma árvore por trás, com um forte tronco castanho e folhagem verdejante, onde se vê um pequeno pássaro amarelo pousado num rancho. Ao lado encontra-se uma casa branca. As figuras das crianças vestem-se com roupa casual e de meia estação. Na plateia, vemos, de costas, cabeças de crianças e um pescoço de girafa. O espetáculo vai começar, ou melhor continuar uma vez que, e atendendo à designação dos manuais de língua portuguesa dos anos anteriores, a grande aventura terá começado no 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico. Agora, neste ano letivo, irá continuar apresentando tendencialmente textos mais extensos, mais complexos e menos figuras. O título do manual constitui uma designação neutra e sugere grandes desafios. Os autores são do sexo feminino, e na linha de continuidade dos anos letivos anteriores. No tocante a estes elementos exteriores, podemos afirmar que o manual é dirigido a ambos os sexos e o título sugere o mesmo. Rapazes e raparigas, homens e mulheres podem viver grandes aventuras na vida. Interessa ir além da capa e observar como é transmitida esta aventura.

No lado esquerdo do manual (para quem observa), por baixo da designação “4º ano” surge a informação de que o manual se encontra de acordo com as Metas Curriculares do Novo Programa e está certificado pela ESES³.

O folhear dos livros é um hábito que se vai adquirindo desde a infância. Independentemente dos ambientes familiares serem ou não povoados de livros, o certo é que o manual de língua portuguesa constitui, para muitas crianças, o 1º livro de visualização sistemática. As figuras e as ilustrações que acompanham o manual são extremamente importantes e sugerem “outras” formas de leitura. São especialmente importantes quando são visionadas com regularidade podendo levar à memorização e conseqüente interiorização, no âmbito do processo de socialização.

5.2 Os autores dos textos: presenças femininas/presenças masculinas

Quadro 1- autores/as dos textos

Autores	Totais
Masculinos	34
Femininos	18 (2 são de autoras em conjunto)
Mistos	1
Sem autor	6
Sites	2

Considerar os autores dos textos do manual de língua portuguesa no género feminino e no género masculino implica uma visualização de nomes masculinos e ou femininos, o que em caso de sobre-representação dos nomes próprios do género masculino poderá fazer passar a mensagem de que o universo da escrita é predominantemente masculino, ideia

³ Trata-se de uma Escola Superior de Educação, que, por razões de preservação de anonimato, não identificamos.

essa que, por sua vez, poderá condicionar a construção de expectativas de futuro com base no género.

5.3 A figura histórica

A figura histórica assume uma importância crucial no entendimento que a criança faz do seu país e da sua cultura. Neste manual de língua portuguesa, a figura histórica evidenciada é a de D. Afonso Henrique, o Conquistador.

Trata-se de uma figura masculina e que favorece a associação de ideias de coragem, valentia e bravura, valores, também eles, associados ao mundo masculino.

5.4 Imagens/figuras e ilustrações presentes no manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade

Quadro 2 – Ilustrações/imagens e figuras

Ilustrações	Total de ocorrências
Masculinas	24
Femininas	12
Neutras	
Animais masculinos	7
Animais femininos	
Animais em conjunto	4
Objetos	1
Plantas	5
Cenário	5

As figuras que acompanham os textos do manual são predominantemente masculinas. São imagens de homens e ou rapazes e ou sugerem o sexo masculino. Por exemplo, considerando um cenário apresentado no livro, ele é regra geral, composto por “elementos” masculinos, ou por elementos que sugerem o sexo masculino, como, por exemplo, cavalos e aviões ou animais masculinos.

O mundo das ilustrações do manual é assim fundamentalmente masculino. A relação de imagens é de 24 imagens masculinas para 12 imagens femininas.

Numa análise mais fina podemos encontrar, através das próprias imagens, algumas representações e alguns simbolismos que, de certa forma, reforçam quer a sobrerrepresentação masculina quer a associação de ideias positivas ao sexo masculino.

Assim, de acordo com o Quadro 3 poderemos verificar que a figura masculina surge das seguintes formas:

Quadro 3- formas de representar a figura masculina no manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade

<p>A manipular uma marioneta de letras A caçar vampiros, sugerindo coragem e valentia A viajar, sugerindo aventura</p> <p>Homem sábio na figura do avô como contador de histórias aos netos e como escritor Homem distribuidor de presente: a figura do Pai Natal Homem como figura histórica representando D. Afonso Henriques o conquistador Homem como navegador à descoberta do mundo Rapazes a exercerem o direito de voto supervisionados por uma figura masculina Rapazes a jogarem futebol Rapaz observador da natureza Homem como imperador, sugerindo poder e riqueza Na versão BD, as figuras masculinas estão colocadas ao centro, ganhando uma forma destacada no centro da perspetiva do olhar O homem como pai que faz magia e enriquece a infância dos filhos O homem como símbolo da sabedoria, poder e proteção, associado à figura histórica do faraó e simbólica da esfinge egípcia</p>

Denota-se predominantemente uma representação ilustrativa da figura masculina associada a ideias de ação, coragem, valentia e conhecimento.

Por seu lado, a figura feminina, surge associada às seguintes descrições conforme se poderá constatar através da análise do Quadro 4:

Quadro 4- formas de representar a figura feminina no manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade

<p>Uma mulher à janela Raparigas com ar assustado Como criada do imperador Como mãe com bebe ao colo Ao colo da mãe Como princesa Ligada aos afetos A olhar para uma flor murcha no chão A cheirar um flor Rapariga à porta do castelo debaixo de chuva Como guia turística</p>

No tocante à figura feminina podemos afirmar que esta assume uma representação ilustrativa associada a ideias de contemplação, maior passividade e aos afetos.

Podemos afirmar que, perante o exposto, as ilustrações do manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade desfavorecem a mulher. Desde logo, em quantidade. Por cada ilustração feminina ocorrem 2 masculinas. Em termos de análise de natureza qualitativa, as ilustrações tendem a representar e veicular a ideia do homem como um ser ativo, corajoso, valente e sábio e a ideia da mulher como sendo menos ativa e mais contemplativa (à janela, a olhar para as flores...), associando-se a ela o medo, os afetos e o ato de cuidar.

A difusão das ilustrações e a sua visualização sistemática por parte das crianças em idade escolar, geralmente com 9 e 10 anos poderão conduzir à criação de ideias estereotipadas com base no género. Assim, as crianças ao interiorizarem estas ilustrações, através do processo de socialização e ou de reprodução interpretativa (Corsaro, 1997), reconhecidas como seres socialmente competentes (Sarmiento, 2000) poderão realizar um entendimento de que às mulheres e aos homens serão socialmente exigidos determinados tipos de comportamento, o que poderá condicionar o próprio processo de desenvolvimento pessoal e social.

5.5. As figuras humanas presentes no manual e respetivas sugestões de representações sociais em termos de socialização

A associação entre as figuras presentes no manual, através das ilustrações, e o que elas poderão representar constitui uma dimensão de análise imprescindível num contexto social fortemente marcado por exigências difundidas pelos mass media com base no género. Desde as indumentárias dos famosos e das famosas até às suas manifestações de expressão ao nível das redes sociais, assistimos a um universo infinito de possibilidades de vida que seguramente exercem a sua influência nos comportamentos juvenis. O manual escolar, pela legitimidade social de que dispõe e na medida em que as crianças se encontram expostas às eventuais sugestões de associação de ideias e ou construção de representações sociais deverá constituir um documento de ensino e aprendizagem objetivo e nutro no tocante à questão da desigualdade de género.

A família constitui por excelência o principal agente de socialização e traz consigo figuras socializadoras significativamente importantes. Sendo assim normalmente os manuais escolares fazem referências às figuras familiares (Brandão, 1979). O manual de língua portuguesa em questão apresenta como figuras familiares explícitas o avô contador de histórias e a figura do pai, o qual brinca com os filhos fazendo magia. Não se verifica a ocorrência de imagens/ ilustrações fazendo a apologia dos laços familiares assim como o quadro familiar veiculado não corresponde à configuração formalizada de família (mãe, pai e filho/as).

Os grupos de pares são um importante agente de socialização. No manual em questão, verifica-se a ocorrência de 2 figuras de grupos de pares: rapazes a jogarem à bola com uma rapariga ao longe (e mais pequena em termos de perspetiva de imagem) a vê-los, e um conjunto de crianças e jovens com uma figura feminina adulta no meio deles, sugerindo a figura da professora/educadora, sendo que alguns têm na mão um cravo vermelho.

As figuras centrais patentes no manual são na sua esmagadora maioria masculinas. O mundo surge aos olhos da criança nitidamente masculino não só pela veiculação das imagens como também pelos papéis sociais e valorações sociais a elas associadas.

O protagonismo dos textos do manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade é assumido pela figura central masculina, o que poderá levar a uma discriminação de género através das presenças contabilizadas assim como a consequências no próprio processo de socialização, restringindo à figura masculina, e aos respetivos valores associados, a diversidade do mundo cultural da socialização.

Neste sentido, podemos apontar o papel crucial dos manuais escolares na veiculação da oferta dum leque diversificado ou não de profissões para ambos os sexos. Perante os dados expostos, concluímos que são apresentadas significativamente mais possibilidades profissionais masculinas do que femininas, ficando o mundo do trabalho no feminino muito circunscrito e reduzido a 2 profissões. Além, desta conclusão, poderemos ainda evocar que

no referido manual, as profissões socialmente mais importantes e melhor remuneradas estão reservadas ao homem.

Notas finais

Esta proposta de análise dos manuais escolares de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade do 1º ciclo do Ensino Básico insere-se num trabalho mais vasto que temos vindo a desenvolver o qual implica a análise de conteúdo dos próprios textos incluídos no referido manual, no âmbito da dimensão social da desigualdade de género. Além do mais, trata-se de uma análise que se estende aos 4 anos do 1º Ciclo. Neste simpósio, procurámos apresentar unicamente as ilustrações que fazem parte do manual do 4º ano de escolaridade.

Os manuais escolares são instrumentos cruciais na educação das crianças. Para além de apoiarem o ato de instruir/ensinar e aprender, neles, de forma mais explícita e ou menos implícita existe uma função educativa, no âmbito do processo de socialização para os valores fundamentais da sociedade (Brandão, 1979).

Numa perspetiva diacrónica, os estudos sobre os estereótipos sexuais mostram que os traços de instrumentalidade, independência e de dominação estão associados ao masculino e que os traços de expressividade, dependência e submissão estão associados ao feminino (Fontaine, 1977; Brandão 1979; Neves 1991; Amâncio, 1992; Botelho, Borges e Morais, 2002). O manual de língua portuguesa do 4º ano de escolaridade em análise segue a mesma orientação. Numa primeira análise, podemos constatar que existem em maior número valores veiculados que se ligam ao mundo masculino e que os valores menos citados e ou com menor ocorrência encontram-se relacionados com o mundo feminino. Verifica-se desde logo, uma desproporção no que toca ao número de ocorrências. Por outro lado, e ainda nesta 1ª análise, e considerando as ilustrações no contexto dos assuntos abordados, por exemplo, pelos textos, podemos apontar que os valores que se ligam ao sucesso e à projeção social são na sua esmagadora maioria favoráveis ao homem.

A observação das conceções sobre o feminino e o masculino e sobre mulheres e homens pode realizar-se a vários níveis: representação física das figuras femininas e das figuras masculinas; caracterização psicológica das figuras femininas e masculinas; e a associação do masculino e do feminino aos diversos saberes e às diferentes formas de aquisição desses saberes (Nunes, 2009). Nesta linha de pensamento podemos constatar mediante o exposto no quadro que à figura feminina e à figuras masculina são atribuídos traços distintos, em várias esferas do universo simbólico que envolve a criação da estereotipia no manual de língua portuguesa. No que concerne à representação física das figuras, constatamos que a referência física que surge relativamente à mulher diz respeito a alguém "alta, magra e elegante". Em relação à figura masculina não verificamos qualquer ocorrência direta face a uma descrição física. Por outro lado, e considerando as representações simbólicas do tamanho das figuras, veiculadas pelos textos, enquanto se constata que a mulher surge como "pequena" o homem surge como "grande".

A caracterização psicológica das figuras masculinas e femininas envolve um conjunto de crenças que, por associação, se cristalizam nas perceções individuais e coletivas, próprias da vida quotidiana. A figura masculina é veiculada maioritariamente associando o homem a um ser valente, bravo e corajoso. Normalmente ocupa, na sociedade e ou na comunidade, uma posição de poder e ou de dominação e apresenta traços culturais de persistência e de curiosidade. A figura masculina é associada ao conhecimento do mundo, à viagem; à aventura e à imaginação. A aquisição dos seus saberes encontra-se articulada com a escola e as viagens. A análise dos textos mostra que a sua sabedoria provem igualmente da experiência de vida pois o homem é apresentado como um ser dinâmico, e em movimento. A simbologia da esfinge, apresentada numa BD, confirma a caracterização do homem como alguém detentor de conhecimento e de sabedoria. Outros traços de caracterização serão de ressaltar nomeadamente o saber enfrentar adversidades.

A figura masculina surge associada ao valor trabalho quer pela profissão / função que desempenha, já desempenhou e ou procura vir a desempenhar. Por outro lado, a figura masculina surge como uma figura relacionada com os afetos e associada à proteção. Relativamente a outros estudos (Brandão, 1979; Botelho, Borges e Morais, 2002), a área dos afetos tem sido tradicionalmente reservada à figura feminina.

Através da análise do manual de língua portuguesa do 4º ano podemos ainda encontrar o que poderemos designar de “atitudes formativas”. Nesse sentido, encontramos na figura masculina o ato de eleger. As eleições e o ato de votar são transmitidos literalmente no masculino. Paralelamente, o homem surge como uma figura “equilibrada” e “completa” pois conjuga a sua função de poder e dominação com o mundo dos afetos, como já referimos anteriormente. Convém ainda referir que o ato intergeracional de brincar é apresentado pela figura masculina, quer no papel social de pai quer no papel social de avô.

Por sua vez, e no que concerne às imagens valorativas veiculadas pelo manual em relação à figura feminina, temos que a mulher/rapariga/menina é representada como um ser frágil e vulnerável, a necessitar, por vezes, de proteção e de cuidado, dimensões às quais poderemos ainda acrescentar a dependência.

São escassos os momentos onde a figura feminina assume um papel de protagonismo e quando acontece a mesma é representada de forma pouco favorável. A vulnerabilidade é a dimensão mais frequente. Assim, a figura feminina surge associada à doença e ao desconhecimento e à pobreza. Normalmente é alguém que precisa de apoio e carece de atenção. A figura feminina é ainda, por vezes, associada às lágrimas e à imagem da tristeza sugerindo uma certa postura contemplativa face à natureza e ao mundo em geral, corroborando conclusões anteriores (Brandão, 1979).

De facto, no que respeita à figura feminina reconhecemos que não existe matéria empírica de análise significativa, contudo, deve-se ressaltar que as atitudes formativas veiculadas pela figura da mulher/rapariga se prendem fundamentalmente com o ato de cuidar. Cuidar da natureza, concretamente.

A figura feminina é apresentada como alguém sensível e frágil.

Em jeito de conclusão, poderemos adiantar que os manuais escolares de língua portuguesa parecem resultar de um processo de construção social de um discurso pedagógico e social que legitima os valores dominantes, entre eles os que dizem respeito aos estereótipos com base no género levando a um reforço da desigualdade de género, reproduzindo-a através da veiculação, por ilustrações e ou textos, de um conjunto de maneiras de ser, estar e pensar que enformam, por via da socialização, o quotidiano das crianças.

Bibliografia

- Assembleia da Republica (2005). *Constituição da República Portuguesa (7ª revisão constitucional)*. Lisboa disponível em CRP <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assembleia da República (1986). *Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86*, de 14 de outubro. Lisboa.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1997). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bernard, Jessie (1982). *The Future of Marriage*. Yale: University Press.
- Bernstein, B. (1990), *Poder, education y conciencia. Sociologia de la transmission cultural* (1ª ed.). Barcelona: El Roure
- Bernstein, B (1996) *Pedagogy, symbolic control and identity. Theory, research, critique* (1ª Ed.). Londres: Taylor and Francis.
- Botelho, A., Borges, C., Morais, A. (2002) *As imagens dos manuais escolares de ciências Análise dos princípios de igualdade entre homens e mulheres*. Disponível em essa.ie.ulisboa.pt/ficheiros/artigos/...com.../2002_asimagensdosmanuaiscolares.pdf
- Bourdieu, P. (2007). A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In M. A. Nogueira, A. Catani (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes. 41-64.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção: Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1978). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Veja.
- Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género. Presidência do Conselho de Ministros, Nunes, M. Teresa (2009). *O Feminino e o Masculino nos Materiais Pedagógicos (in) visibilidades e (des) Equilíbrios*. Lisboa.
- Corsaro, W. (1997). *The Sociology of childhood*. Pine Forge Press.
- Durkheim, E. (2007). *Educação e Sociologia*. Coimbra: Biblioteca 70.
- Foucault, M. (2002). *The order of things: an archeology of the human sciences*, NY: Routledge
- Giddens, A. (2003), *A Constituição da Sociedade*, Brasil : Martins Fontes
- Mollo-Bouvier, S. (1998). Les rites, les temps et la socialisation des enfants. *Education et Sociétés*, 2. 73-89.
- Rayou, P. (2005). Crianças e Jovens, Atores Sociais na Escola. Como os Compreender? *Ed. Soc.*, 91. 465-484.
- Sarmento, M. J., Pinto, M. (1997). As Crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto, M. J. Sarmento (coord). *As crianças – contextos e identidades*, 07-28. Braga: Instituto de Estudos da Criança.
- Sarmento, M. J. (2000). *Lógicas de ação nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa.
- Torres, Anália (2002). Casamento: conversa a duas vozes em três andamentos. *Análise social XXXVIII* (163), 569-602 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733072F9uQX5hx1Ry60HQ5.pdf>